

A PROBLEMÁTICA DA POLÍTICA SOCIAL

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Problemática da Política Social

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P962 A problemática da política social [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-148-0

DOI 10.22533/at.ed.480192202

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas sociais – Brasil.
3. Política pública – Brasil. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“O que transformou o mundo não foi a utopia. Foi a necessidade.”

José Saramago

Um dos maiores desafios dos governos na atualidade é a demonstração de eficiência na prestação de serviços e implementação de políticas públicas. As estruturas governamentais são, em todos os níveis de atuação, complexos sistemas organizacionais, os quais se apoiam em recursos humanos, equipamentos, tecnologia, e outros meios, com o objetivo de operar a diversidade de serviços à sociedade. Além de dar conta dos déficits sociais acumulados, sobretudo no caso de países em desenvolvimento, os governos lidam com interesses sociais, econômicos e políticos distintos que refletem a diversidade da sociedade. Deve-se compreender que os problemas sociais são multidimensionais e, por essa razão, sua resolutividade não está restrita a um único setor ou a mudanças meramente técnicas e administrativas na gestão pública, mas na superação da configuração fragmentada e desarticulada em que se encontram as políticas públicas. Travar o debate acerca da configuração das políticas sociais, considerar que existe um grande desafio a ser enfrentado, pois compreensão à base de uma leitura crítica que envolve reconhecer a importância da historicidade dos fenômenos que se manifestam na sociedade capitalista e o seu desvendamento dialético. Pereira (2011, p. 2), aborda que “a política social constitui um processo internamente contraditório, que ao mesmo tempo atende interesses opostos”, demandando assim esforços fincados no conhecimento dos seus movimentos, tendências e não convergências para que estratégias políticas possam favorecer a extensão da democracia e da cidadania. Para analisar o debate acerca da política social é necessário não só o entendimento da sua pertinência para o atual contexto de implementação das políticas públicas, como também é imprescindível a reflexão das abordagens conceituais sobre a referida temática. Esta discussão é entendida aqui como um processo que extrapola o âmbito da dimensão técnica, tendo como conjugação as dimensões políticas, ideológicas e culturais. Certas limitações têm perpassado os estudos voltados para essa temática, principalmente em relação ao entendimento da dimensão histórica e política que este debate exige. Embora a perspectiva da política social seja um elemento recente na agenda das políticas sociais, esta tem sido considerada como uma possibilidade de enfrentamento das problemáticas estruturais advindas do isolamento e fragmentação das políticas sociais brasileiras.

No artigo **A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO** as autoras Cláudia Maria Costa Gomes, Maria da Conceição da Silva Cruz, Ana Karoline Nogueira de Souza, Ana Manoela da Silva Lima, analisam, em particular, o período designado como a era Lula (2003-2016), em que o país apresentou uma melhora crescente nos indicadores sociais e econômicos. No artigo **A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA**

IDOSA, os autores Sara do Nascimento Martins, Regiane de Nazare de Sousa Rocha, Maria Leonice da Silva de Alencar, Edinalva Pinto Poça buscam realizar uma análise conceitual sobre o envelhecimento e a educação permanente, e também sobre a implementação das políticas sociais que foram cruciais para garantir e efetivação de direitos sociais da pessoa idosa. No artigo **A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL**, a autora Ketnen Rose Medeiros Barreto, Faz uma discussão sobre a ideia de controle social a partir dos estudos realizados junto ao Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). No artigo **A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG**, os autores Ednéia Alves de Oliveira, Nelson Machado Pinho Junior realiza um levantamento dos programas e projetos em desenvolvimento na cidade e para qual público eles eram destinados, corroborando a hipótese de que tais políticas são direcionadas a jovens, na sua maioria, pobres e da periferia, promovendo renda baixa e não inserção no mercado de trabalho. No artigo **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE**, a autora Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira explanar sobre a precarização do trabalho e discorrer sobre as suas expressões a nível mundial. Para tanto, referencia-se na teoria social crítica. No artigo **AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS**, analisa a presença das políticas sociais no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), buscando identificar as concepções orientadoras e os investimentos realizados no sentido de viabilizar as propostas apresentadas. No artigo **CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA**, a autora Daniela de Carvalho Ciriaco trata de alguns elementos que auxiliam na compreensão da formação brasileira a partir da expansão do capitalismo e de como os processos que decorrem deste, as reformas neoliberais são implementados tardiamente trazendo sérias consequências para a efetivação das políticas sociais e para as condições de reprodução da classe trabalhadora. No artigo **CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO**, as autoras Mari Aparecida Bortoli, Carlos Nelson dos Reis, Heloísa Teles busca discutir a relação entre as condições de vida e as estratégias de enfrentamento a exploração do trabalho engendradas pelos/as catadores/as de materiais recicláveis que atuam na coleta seletiva. No artigo **DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO**, os autores Ariele Azevedo da Silva Vieira, Leonardo Barcelos Vieira, Angela Maria Caulyt Santos da Silva refletiu-se sobre as possibilidades de atuação do Serviço Social frente às políticas sociais que contribuem para a resistência e preservação do Congo enquanto rica e expressiva manifestação cultural, na formação histórico-cultural do povo capixaba. No artigo **DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL** as autoras Ermildes Lima da

Silva, Louise Oliveira Ramos Machado buscaram ao longo do trabalho apresentar algumas inquietações, potencialidades e os desafios da supervisão de estágio na atual conjuntura caracterizada pela mercantilização e precarização da educação superior e das condições de trabalho e os rebatimentos no processo de formação profissional. No artigo **A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORA – MG** o autor Nelson Machado Pinho Junior Este trabalho tem por objetivo refletir acerca da relação público-privado na gestão da Política de Assistência Social no município mineiro de Juiz de Fora, através da análise da dimensão do orçamento. No artigo **ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF** a autora Cassiana Ferreira Simões O presente trabalho analisou o acesso e as condições de permanência dos alunos das universidades públicas federais após a implementação das políticas de democratização do acesso Educação Superior, sobretudo, a Política de Ação Afirmativa. Para tanto, o campo para a realização da pesquisa foi o ESR/UFF, em que foram alvos os estudantes ingressos por meio das ações afirmativas, nas modalidades concernentes às cotas sociais, no período de 2013 a 2016.

No artigo **ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO**, os autores Letícia Batista da Silva, Luanda Café Santana dos Santos, Tarcila Freitas de Sousa desenvolve-se uma reflexão sobre o padrão de financiamento da política de saúde no Brasil, para a compreensão das condições objetivas e materiais ao trabalho em saúde. No artigo **ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE os autores** Bruno Moretti, Ana Paula Menezes do Rego buscam examinar a evolução das despesas federais de saúde entre 2014 e 2018. Procura-se mostrar o impacto da crise sobre tais despesas, revelando como a austeridade constrange a ação do Estado, tendência intensificada com a Emenda Constitucional que limita as despesas primárias aos valores do ano anterior, ajustados pela inflação. No artigo **POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS** os autores Danielle Galdino, Cristiano Guedes trazem o resultado de uma pesquisa de mestrado que mostra a história do Programa Federal de Proteção a Testemunhas, seus desafios e limites, o perfil e as necessidades dos protegidos, o significado de proteção adotado por ele e quais necessidades humanas consegue atender. No artigo **QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO**, o autor Tauã Lima Verdán Rangel analisar o banco de alimentos, típico equipamento público de alimentação brasileiro, na promoção do direito humano à alimentação adequada e promoção de acessibilidade e disponibilidade a tal direito. No artigo **RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017**, as autoras Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz e Flávia Abud Luz propõem-se a refletir sobre o racismo institucional no Brasil; um mecanismo fundado no poder e utilizado via

de regra e historicamente para dominar raças, povos, etnias de cor diferenciada (fator biologizante). No artigo **REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA** Rosimary de Souza Lourenço, Marlene de Deus Lima, Yoshiko Sasaki, buscam discutir sobre a educação e sua relação com o processo de ampliação de cidadania implica em conhecer a concepção de educação e a natureza e intervenção do Estado. No artigo **SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO**, as autoras Michele Ribeiro de Oliveira, Renata Lígia Rufino Neves de Souza. buscam discutir o Programa Mulheres Mil como parte das estratégias da política social com foco no enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais assumidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), as quais não se resumem a políticas compensatórias — via transferência direta de renda aos mais necessitados —, mas incorpora políticas estruturais, tais como ampliação ao acesso à educação e ao crédito. No artigo **TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS**, autora Hamida Assunção Pinheiro busca trazer a discussão das tramas e os dramas que envolvem o trabalho dos oleiros do estado do Amazonas, dando destaque às condições de trabalho e de vida destes trabalhadores. No artigo **VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL**, a autora **Wilma Lúcia Rodrigues Pessoa** analisa a articulação entre o racismo e a violência institucional do Estado Brasileiro na promoção do genocídio da juventude negra como componente estrutural da opressão de classe. Parto da consideração do que foi a constituição do racismo no Brasil suas especificidades e sua relação com o processo de expansão do capitalismo em escala global.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Cláudia Maria Costa Gomes	
Maria da Conceição da Silva Cruz	
Ana Karoline Nogueira de Souza	
Ana Manoela da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.4801922021	
CAPÍTULO 2	17
A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA IDOSA	
Sara do Nascimento Martins	
Regiane de Nazare de Sousa Rocha	
Maria Leonice da Silva de Alencar	
Edinalva Pinto Poça	
DOI 10.22533/at.ed.4801922022	
CAPÍTULO 3	26
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL	
Ketnen Rose Medeiros Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.4801922023	
CAPÍTULO 4	38
A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG	
Nelson Machado Pinho Junior	
Ednéia Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922024	
CAPÍTULO 5	51
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE	
Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922025	
CAPÍTULO 6	60
AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS	
Edemar Rotta	
Carlos Nelson dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.4801922026	
CAPÍTULO 7	74
CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA	
Daniela de Carvalho Ciriaco	
DOI 10.22533/at.ed.4801922027	

CAPÍTULO 8	88
CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO	
Mari Aparecida Bortoli Carlos Nelson dos Reis Heloísa Teles	
DOI 10.22533/at.ed.4801922028	
CAPÍTULO 9	103
DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO	
Ariele Azevedo da Silva Vieira Leonardo Barcelos Vieira Angela Maria Caulyt Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4801922029	
CAPÍTULO 10	117
DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL	
Ermildes Lima da Silva Louise Oliveira Ramos Machado	
DOI 10.22533/at.ed.48019220210	
CAPÍTULO 11	128
A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORÁ - MG	
UMA ANÁLISE DO ORÇAMENTO MUNICIPAL	
Nelson Machado Pinho Junior	
DOI 10.22533/at.ed.48019220211	
CAPÍTULO 12	140
ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF	
Cassiana Ferreira Simões	
DOI 10.22533/at.ed.48019220212	
CAPÍTULO 13	150
ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO	
Letícia Batista da Silva Luanda Café Santana dos Santos Tarcila Freitas de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220213	
CAPÍTULO 14	161
ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE	
Bruno Moretti Ana Paula Menezes do Rego	
DOI 10.22533/at.ed.48019220214	

CAPÍTULO 15	174
POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS	
Danielle Galdino	
Cristiano Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.48019220215	
CAPÍTULO 16	188
QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO	
Tauã Lima Verdan Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.48019220216	
CAPÍTULO 17	201
RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017	
Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz	
Flávia Abud Luz	
DOI 10.22533/at.ed.48019220217	
CAPÍTULO 18	210
REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	
Rosimary de Souza Lourenço	
Marlene de Deus Lima	
Yoshiko Sasaki	
DOI 10.22533/at.ed.48019220218	
CAPÍTULO 19	222
SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO	
Michele Ribeiro de Oliveira	
Renata Lúgia Rufino Neves de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.48019220219	
CAPÍTULO 20	234
TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS	
Hamida Assunção Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.48019220220	
CAPÍTULO 21	246
VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL	
Wilma Lúcia Rodrigues Pessôa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220221	
SOBRE A ORGANIZADORA	255

TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS

Hamida Assunção Pinheiro

Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

RESUMO: O texto discute as tramas e os dramas que envolvem o trabalho dos oleiros do estado do Amazonas, dando destaque às condições de trabalho e de vida destes trabalhadores. Estas reflexões são produtos de pesquisa desenvolvida para a tese de doutoramento defendida no ano de 2015. A investigação se pautou numa perspectiva crítico-dialética para compreensão da realidade. Para a coleta de informações, foram utilizados roteiro semiestruturado de entrevista, diário de campo e registros fotográficos. A pesquisa verificou que os trabalhadores oleiros estão submetidos a precárias condições de trabalho e de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho oleiro; Indústria cerâmico-oleira; Precarização do trabalho;

ABSTRACT: The text discusses the woofs and tragedies involving the work of potters of the Amazonas State, giving emphasis to working and living conditions these workers. These reflections are products of research for the doctoral thesis defended in the year 2015. The research took a critical perspective-dialectic for understanding of reality. For gathering information, were used semi-structured interview script, field journal

and photographic records. The survey found that workers potters are subjected to precarious conditions of work and life.

KEYWORDS: Potter's work; Ceramic-potter; Precarious work;

1 | INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é discutir criticamente as tramas e os dramas relacionados ao trabalhador oleiro, a partir da realidade investigada nas indústrias cerâmico-oleira do Amazonas, mais especificamente aquelas localizadas no município de Iranduba.

No Amazonas, o município de Iranduba se destaca como um dos principais na produção de peças de cerâmica estrutural, sobretudo o tijolo de 8 furos e a telha. O referido município, por ser possuidor de grandes jazidas de argila e se localizar nas proximidades da capital do Amazonas, tornou-se local propício para instalação de várias indústrias cerâmicas ou olarias como também são chamadas as fábricas.

A indústria cerâmica marca a paisagem do município e também a vida de muitos moradores irandubenses, visto que as fabricas estão espalhadas na localidade e emprega um importante quantitativo de moradores. Assim,

qualquer visitante que chega ao município já visualiza uma grande quantidade de chaminés pertencentes aos fornos das fábricas.

O município de Iranduba pertence à Região Metropolitana de Manaus – RMM e, desde outubro de 2011, está interligado à capital por intermédio da Ponte Rio Negro. A maior parte das fábricas está situada nas imediações da Ponte Rio Negro, mais especificamente nos primeiros quilômetros da Estrada Manoel Urbano (AM – 070). Desse modo, a produção de cerâmica do município tem escoamento facilitado para a cidade de Manaus através da Ponte Rio Negro.

2 | A LÓGICA DA PRODUÇÃO CERÂMICO-OLEIRA

A indústria cerâmica se fundamenta no uso de técnicas antigas desenvolvidas pelos homens desde a Antiguidade (aproximadamente de 4.000 a C. a 476 a C.). Em tempos passados, a indústria cerâmica, ainda que de modo artesanal, foi a principal responsável pela fabricação de objetos bastante úteis à vida cotidiana, tais como: potes, pratos, jarros, urnas funerárias etc.

Na atualidade, a indústria cerâmica possui ainda grande importância social e econômica, na medida em que é responsável pela fabricação de produtos amplamente empregados na construção civil, dentre outras áreas, além de gerar muitos postos de trabalho. Dados do Ministério de Minas e Energia (2014) revelam que a cerâmica vermelha ou cerâmica estrutural, como também é conhecida, teve uma produção no ano de 2013 estimada em 71 bilhões de peças e um faturamento de R\$ 21 bilhões de reais. Isto sem considerar a produção de louças sanitárias e de cerâmicas de revestimento.

No Amazonas, de acordo com dados do Sindicato das Indústrias de Olarias do Estado do Amazonas – SINDCER/AM (2012), publicado no Jornal Amazonas em Tempo, existe um polo cerâmico-oleiro composto pelos municípios de Iranduba e de Manacapuru, com quase 6 mil trabalhadores envolvidos em atividades diretas e indiretas, formais e informais. Todavia, vale registrar que a pesquisa realizada tomou somente o município de Iranduba como referência, uma vez que é onde se encontra a maioria das fábricas de cerâmica do Amazonas.

O quantitativo de trabalhadores apresentado pelo sindicato é apenas uma estimativa, uma vez que o setor caracteriza-se por grande rotatividade nos postos de trabalho. A flutuação constante no número de trabalhadores é um indicativo importante que revela a fragilidade dos vínculos empregatícios. Além de todas as inflexões pertinentes ao mundo do trabalho contemporâneo, a indústria cerâmica é um ramo que sofre redução de produtividade de tempos em tempos, em função das mudanças climáticas; da emissão ou não de licenças ambientais; entre outras questões que rebatem no trabalho e na vida dos oleiros.

Quando examinamos a realidade amazônica, é importante considerar que a

indústria cerâmica, regularmente, tem significativa diminuição de produtividade em função da subida das águas dos rios. Nos períodos de enchente (dezembro a abril) e cheia (de maio a julho), muitos trabalhadores oleiros precisam fazer outra atividade para ganhar a vida e garantir o sustento da família, uma vez que as jazidas de argila ficam inundadas e a venda dos produtos cerâmicos sofre queda em decorrência das chuvas que inviabilizam boa parte das construções. Desse modo, muitos oleiros também são pescadores, agricultores, peixeiros, vendedores ambulante, dentre outras estratégias de sobrevivência em algum período do ano.

O trabalho oleiro envolve várias atividades distintas e exige dos seus trabalhadores uma longa jornada que se inicia nas primeiras horas do dia e pode se estender pela noite inteira, dependendo do nível de produtividade de cada fábrica. É um trabalho que exige força física, agilidade e conhecimentos das propriedades dos recursos naturais usados, essencialmente, o argila e a madeira.

Nesse sentido, um dos trabalhadores entrevistados sintetiza o processo produtivo, destacando algumas dificuldades do passado que hoje estão sendo superadas pela inserção de algumas tecnologias:

o processo produtivo começava lá na argileira como uma equipe, uma turma, ou às vezes de forma individual, fazendo a carrada de barro como a gente falava na enxada, cortando o barro na enxada e pisando no pé e molhando com um balde, com um latão, com qualquer artefato que você tivesse na hora, uma cuia, até em alguns casos, você molhava o barro com a água da chuva que ficava empossada ou de algum rio que encheu próximo, que na vazante criou um reservatório de água. Então você molhava, cortava, manualmente. Você embarcava no batelão, naquela barcaça que se usou muito pelos ribeirinhos aqui, hoje se usa muito pouco, ou ainda quem fosse mais moderno naquela época embarcava no caminhão, você levava para a cerâmica e o processo era feito todo de forma manual, colocava a argila na máquina pé duro, se cortava o produto de forma manual, se transportava o tijolo para o forno, naquela época, caieira, no ombro, os mais modernos já transportavam no carrinho de mão e você ia queimar na caieira com o forneiro, ele mesmo partia a lenha e abastecia a caieira (Trabalhador oleiro, Pesquisa de Campo).

A indústria cerâmico-oleira no Amazonas ainda é bastante arcaica e emprega pouca tecnologia. Apesar de, atualmente, estarem sendo introduzidas algumas máquinas e técnicas mais modernas, se comparados às citadas pelos entrevistado, ainda assim o processo produtivo não foi alterado profundamente.

D'Antona et. al (2007) revela que a inserção tecnológica nas fábricas de cerâmica do Amazonas é ínfima, o que coloca as empresas numa posição de inferioridade pela concorrência dos grandes mercados. Além disso, a produção cerâmica amazonense é consumida internamente, não sobrando excedente para a comercialização fora do estado. É muito comum, todos os anos, quando a produtividade é reduzida em função da cheia, a mídia retratar tanto o aumento de preços como a falta de tijolos e telhas para a comercialização.

O processo produtivo cerâmico é composto por diferentes etapas, que abrangem desde a extração da argila e da madeira que ocorre na floresta, até mesmo a fabricação das peças que acontece dentro da olaria. Na atualidade, estas etapas são realizadas,

na maioria das vezes, por trabalhadores distintos e que também possuem diversas relações de trabalho junto às indústrias cerâmico-oleiras. Há os que possuem vínculo empregatício, mas também têm os que estão na informalidade.

No que concerne à extração dos recursos naturais empregados na produção, que é a fase inicial do processo produtivo, os oleiros necessitam de boas condições climáticas para a execução das tarefas: boa luminosidade, ausência de chuva, conhecimento das propriedades dos recursos etc. Os oleiros de Iranduba extraem os recursos (argila e madeira) e os estocam para garantir alguma produtividade no tempo da enchente e da cheia.

Durante a primeira etapa de produção, ocorre a coleta dos recursos naturais. Há trabalhadores que exploram a argila e outros responsáveis pela retirada da madeira. São trabalhos executados fora do ambiente da fábrica, na maior parte das vezes, por trabalhadores diferentes. Os trabalhadores adentram na floresta em busca dos recursos naturais, objetivando providenciar os insumos necessários à produção cerâmica, e garantir assim o seu sustento e de sua família.

É comum que, tanto os que exploram a argila, como os que extraem a madeira, não tenham a carteira assinada pelos donos das fábricas do Iranduba. Aqueles que retiram a argila quase sempre trabalham por empreitada, ou seja, são pagos pela quantidade de argila que retiram ou pela quantidade de tempo que operam a retroescavadeira. Enquanto os que extraem a lenha, ganham com a venda do material para os proprietários das fábricas. São trabalhos periódicos, temporários e, quase sempre, desenvolvidos em condições de alta periculosidade.

As indústrias do município de Iranduba ainda usam majoritariamente a lenha e/ou o pó de serragem como material de queima nos fornos. Não há por enquanto nenhuma indústria adaptada ao uso do gás natural ou qualquer outra fonte alternativa de energia. Todavia, há no município um ponto de distribuição de gás natural, da rota do gasoduto Coari-Manaus, que poderia ser utilizado para o abastecimento dos fornos.

Em outros estados brasileiros o gás natural é uma tecnologia bastante empregada para a produção cerâmica em larga escala e tem demonstrado enormes vantagens em relação ao uso de lenha e do pó de serragem, tais como: diminuição no desperdício na produção final devido a temperatura mais homogênea e constante; não requer espaço para estocagem; operação mais segura, desde que aplicadas as normas pertinentes; os riscos são bem menores de ser atingido pela falta de matéria-prima; maior controle no processo produtivo; produção mais limpa pois o gás natural é uma substância que não produz óxidos de enxofre e reduz na ordem de 40% a emissão de óxidos de nitrogênio, responsáveis pela chuva ácida e destruição da camada de ozônio e diminui a emissão de CO₂, responsável pelo efeito estufa etc. (KAWAGUTI, 2004).

Ainda nessa primeira etapa do processo produtivo, após a extração dos recursos naturais, os mesmos são encaminhados para indústria cerâmica, onde ocorre

o processo de estocagem destes recursos e a fabricação da cerâmica. A lenha tem uso mais imediato, principalmente se ela estiver seca, enquanto que o barro é posto para descansar por até 12 meses, dependendo de sua qualidade, da produtividade da indústria e da disponibilidade da área para estoque. Nesse quesito, conta muito a experiência do trabalhador oleiro para avaliar em que momento o barro poderá ser utilizado. Os mais antigos analisam a qualidade do barro através da observação da coloração, da umidade e da consistência. Os velhos trabalhadores observam, tocam, apertam e, às vezes, até mordem o material.

Na instalação industrial propriamente dita, os trabalhadores se organizam em volta dos maquinários e dos fornos. A maromba (figura 1) é o equipamento que recebe a argila, faz a mistura (com água ou óleo) e a moldagem no formato desejado, ou seja, em blocos de diferentes tamanhos, entre eles o tijolo de 8 furos, que é o mais vendido. O forno (figura 2) corresponde ao local de cozimento ou queima das peças. Existem fornos de diferentes modelos, o da figura 2 é do tipo semicontínuo com bocas de acendimento lateral. É possível ver próximo às bocas, restos de madeiras usadas no processo de queima.



Figura 1 – Fabricação de tijolos em Iranduba

FONTE: Pinheiro, Pesquisa de campo.



Figura 2 – forno de uma olaria em Iranduba

FONTE: PINHEIRO, PESQUISA DE CAMPO.

O processo produtivo dentro da fábrica se inicia no caixão alimentador do maquinário, dali o barro entra na esteira e é conduzido até a modelagem em formato de diferentes blocos cerâmicos, dependendo da forma introduzida na maromba. No caso da telha, o processo produtivo ganha um procedimento a mais, após a modelagem, ela passa pela prensagem. Já no caso dos blocos, após a modelagem, estes vão direto para o secador ou são deixados ao ar livre para secagem natural. Nesta etapa, os trabalhadores precisam ter agilidade e sincronismo nos movimentos para retirar as peças do maquinário e levá-las para a secagem com rapidez.

Após a secagem, o tijolo é levado ao forno para cozimento ou queima. Este processo é mais lento e leva uma média de 72 horas. É uma etapa que exige acompanhamento direto, uma vez que o trabalhador precisará alimentar o forno várias vezes com material de queima (lenha, pó de serragem, resto de construção, etc.).

O trabalhador responsável pelo forno, geralmente chamado de forneiro, trabalha sob elevadas temperaturas e precisa estar muito atento para não deixar as peças queimarem dentro do forno.

Depois da queima, é o momento de esperar as peças ficarem frias para retirá-las do forno. Algumas indústrias cerâmicas empregam o uso de grandes ventiladores industriais para diminuir o tempo de resfriamento, além de ser necessário o uso de luvas, botas, óculos e máscara para retirada do material do forno pelo trabalhador em segurança.

Os fornos atingem temperaturas elevadíssimas para queimar as peças, bem acima de 1.000 graus Celsius, por isso demoram bastante para esfriar. Os desenformadores são os trabalhadores que fazem a retirada desse material do forno, um dos entrevistados desabafa afirmando que não gosta muito da função porque de vez em quando queima os dedos: “é um trabalho ruim, tem que pegar tijolo quente, isso é muito ruim” (Trabalhador Oleiro, Pesquisa de campo).

A partir dessa fase, as peças já estão prontas para venda. Algumas fábricas, recentemente, começaram a embalar os seus produtos usando paletes como base e plástico transparente para lacrar as pilhas de blocos cerâmicos, outras apenas empilham um a um nas carrocerias dos caminhões e/ou caçamba e levam para a venda em Manaus, que é o principal centro consumidor dos produtos.

3 | VIDA DE OLEIRO: TRAMAS E DRAMAS

Em Iranduba, o trabalho oleiro está entre as principais formas de trabalho disponíveis, desde muito cedo os jovens são levados, às vezes pelos próprios pais, para apreender o ofício nas fábricas. Inserir o filho na indústria o quanto antes, significa para muitas famílias empobrecidas a possibilidade de ampliar o orçamento familiar de forma mais imediata. Na pesquisa realizada encontramos casos de filhos que aprenderam a função do pai ainda na infância e hoje estão os substituindo:

Eu comecei trabalhar tinha 12 anos [...], a gente enchia os fornos, que era caieira. O velho [pai] tomava conta de uma coisa e agente de outra né, quando ele ia pescar, ele dizia: hoje eu vou pescar e vocês vão para o trabalho. Aí a gente tinha que fazer aquilo ali. A gente chegava lá e fazia tudo direitinho (Trabalhador oleiro, pesquisa de campo).

A inserção precoce nas fábricas não é coisa do passado, durante a pesquisa observamos a presença de filhos e filhas de trabalhadores que vão para as olarias ajudar no serviço e, com isso, ganhar um dinheiro extra para a família. Esta inserção precoce quase sempre se dá pela via da informalidade até mesmo porque muitos jovens nem possuem idade para começar a trabalhar e nem mesmo documentação para tal.

Antunes (2007) entende que a informalidade é todo ou qualquer trabalho assalariado ou não, prestado por membro da classe trabalhadora para pessoa física

ou jurídica, ou ainda, realizado por conta própria, mas sem carteira assinada. A informalidade convive com formalidade nos diferentes ramos das indústrias em menor ou maior grau. No caso das indústrias cerâmico-oleiras em Iranduba, a informalidade é uma constante que pode ser facilmente observada nas mais diversas funções. Não são só os jovens que estão na informalidade, mas muitos homens e mulheres adultos e até idosos também.

Se a informalidade pode significar a aquisição de renda, por outro lado ela leva à precarização das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. O depoimento de um dos entrevistados é muito representativo dos riscos à saúde, da falta de segurança e da instabilidade presente nas relações informais que ocorrem em Iranduba:

o trabalho é praticamente avulso, algumas empresas não assinam a carteira de trabalho. Se não trabalhar pega a conta, e os acidentes são frequentes na olaria, alguns ficam afastados não podendo mais trabalhar. (Trabalhador oleiro, Pesquisa de campo).

Em Iranduba, os trabalhadores formais e informais se misturam nas diferentes etapas do processo produtivo oleiro, podendo até executar atividades idênticas na mesma indústria. Durante a pesquisa, verificamos que 20% dos 200 trabalhadores que entrevistamos não possuíam carteira assinada. Nem as constantes fiscalizações realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE nas fábricas do município de Iranduba são suficientes para inibir tal processo.

Nas fabricas de Iranduba, identificamos trabalhadores que dizem preferir a informalidade. Um dos trabalhadores entrevistados nos revelou que trabalha atualmente sem carteira assinada por opção:

já trabalhei com carteira assinada por 4 anos, pedi a conta porque o trabalho era puxado demais, ganhava pouco e o patrão era chato, agora que trabalho enchendo caminhão eu ganho mais, ganho na diária e acho bem melhor. (Trabalhador Oleiro, Pesquisa de campo).

Na realidade, ao analisarmos o depoimento do trabalhador vimos que a opção de permanecer na informalidade, não é uma livre escolha pura e simples, é na verdade um ato de rebeldia e insubordinação frente às difíceis e duras condições de trabalho e aos baixíssimos salários pagos pelas fábricas do setor.

Nas conversas com os trabalhadores informais observamos que as principais alegações desses oleiros para permanecer na informalidade são: possibilidade de trabalhar cada dia em um lugar diferente; flexibilidade de dias e horários de trabalho; recebimento imediato por tarefa executada; recebimento sem descontos de INSS e sindicato; falta de documentos (Registro Geral – RG, Cadastro de Pessoa Física – CPF, Carteira de Trabalho) etc.

Muitos dos trabalhadores oleiros de Iranduba têm baixo nível de escolaridade e, por isso, acabam tendo possibilidades limitadas de mudar de trabalho. A pesquisa descobriu que 64,5% dos entrevistados têm no máximo o ensino fundamental completo. Nesse cenário, a informalidade é uma estratégia bastante usada para garantir o

sustento.

Os baixos salários também são característicos da categoria dos trabalhadores oleiros. No ano de 2013, por exemplo, o piso salarial do trabalhador oleiro estava fixado em 700,00 (setecentos reais) para 44 horas de trabalho semanais, ou seja, exatamente R\$ 22,00 (vinte e dois reais) a mais que o salário mínimo da época, que era de R\$ 678,00 (seiscentos e sessenta e oito reais).

A informalidade, bem como as baixas remunerações, são indicativos importante da precarização das relações de trabalho. A informalidade, por exemplo, mascara os índices de desemprego no Brasil e no mundo e fragmenta a classe trabalhadora, criando clivagens cada vez mais profundas entre trabalhadores estáveis e precários.

Assim, a informalidade pode contribuir para o aprofundamento de uma série de problemáticas sociais que afetam o cotidiano da classe trabalhadora. Lira (2008) explica que informalidade e segurança são questões que possuem estreita relação, isto é:

a insegurança social é uma das faces do custo social da informalidade, resultante das mudanças ocorridas no processo de acumulação do capital que, por sua vez, afetam as relações entre Estado, mercado e sociedade (p.153).

As mudanças na relação entre Estado, mercado e sociedade de que nos fala a autora, não afeta a base da sociedade capitalista de produção. Estas mudanças são decorrentes das políticas neoliberais que objetivam redirecionar as formas de regulação do Estado na economia e na esfera do trabalho. É nesse movimento que se amplia o desemprego, o subemprego e a informalidade, e como consequência disso, agrava-se a situação de pobreza da classe trabalhadora.

Na visão de Lira (2008), a informalidade tem contornos sombrios justamente por abarcar um contingente silencioso de desempregados que tenta reagir em meio à deteriorização de suas condições de trabalho e de vida. As atividades informais desenvolvidas pelos trabalhadores, algumas vezes, vêm assumindo a imagem ilusória de mais uma opção de trabalho, associada muitas vezes à ideia de empreendedorismo. Vende-se ao trabalhador a imagem de autonomia, de independência e de certa facilidade em ser dono do seu próprio negócio, quando na verdade, o empreendedorismo no Brasil, principalmente em um cenário de crise econômica, é um imenso desafio.

O trabalho informal configura-se como uma estratégia de sobrevivência adotada por quem não consegue adentrar no mercado formal de trabalho. Também pode ser chamado de desemprego invisível, conforme denomina Pochmann (2001), uma vez que a condição de informal retira o trabalhador do desemprego aberto, ainda que momentaneamente. A informalidade é um processo que sempre ocorreu, mas a partir dos anos de 1990 tem se tornado cada vez mais significativo no Brasil, o que vem contribuindo para o aumento das desigualdades sociais entre a classe trabalhadora e a classe detentora do capital.

É pertinente destacar que foi a partir da década de 1990 que os países da América Latina colocaram em prática as medidas de cunho neoliberal, as quais

objetivam prioritariamente a redução dos gastos sociais do Estado e a flexibilização das relações de trabalho. Na onda neoliberal os direitos sociais e trabalhistas tornam-se cada vez mais restritos e o Estado mais enxuto. Ao analisar este cenário, Behring e Boschetti (2008), consideram que,

os anos 1990 até os dias de hoje têm sido de contrarreforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamentos das conquistas de 1988, num contexto em que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e da violência (p. 147).

Nessa conjuntura, as relações de trabalho foram e continuam sendo bastante flexibilizadas e, por outro lado, são fortalecidas estratégias de contratos temporários, de terceirização, redução da jornada de trabalho e salários etc. Estas estratégias precarizam as relações de trabalho e têm graves consequências para as condições de vida da classe trabalhadora.

A sociedade capitalista está assentada numa relação desigual entre classes sociais antagônicas: donos dos meios de produção versus trabalhadores. Todavia, mesmo defendendo interesses contraditórios, as classes possuem uma relação de dependência, na medida em que os trabalhadores precisam vender sua força de trabalho para garantir a sobrevivência e os donos dos meios de produção necessitam da força de trabalho para garantir e ampliar o capital (MARX, 2012).

Os trabalhadores das indústrias cerâmicas exercem atividades consideradas de baixo status socioeconômico, na grande maioria das vezes, são pessoas que tiveram poucos anos de estudo e pequena qualificação profissional. São trabalhadores que aprenderam na prática e que não possuem formação específica. São trabalhadores que se sujeitam aos ambientes insalubres e inseguros e aos baixos salários pela falta de melhores oportunidades para obtenção de renda para o sustento da casa. A indústria cerâmica é um setor que ainda absorve trabalhadores com pouca ou nenhuma formação educacional. Para muitos é a única opção de trabalho.

Pinheiro (2013) identificou que os moradores do Distrito Cacau Pirêra – local onde se concentram as indústrias cerâmicas de Iranduba – praticam muito mais atividades consideradas modernas, caracterizadas pelo recebimento de renda em dinheiro, sobretudo ligadas ao ramo cerâmico, que as atividades tradicionais de subsistência como a agricultura, o extrativismo vegetal e animal e a criação de animais.

Em Cacau Pirêra, as atividades tradicionais, quando são desenvolvidas, são tidas como forma de complementação da renda e, em alguns casos, as mesmas têm sido vistas como símbolo de atraso, uma espécie de retorno ao passado pelos moradores. Desse modo, a autora registra que muitos são os que preferem trabalhar nas olarias, ainda que de forma precária, sem vínculo empregatício e/ou garantias trabalhistas, que plantar, pescar e caçar.

No mundo do trabalho, os trabalhadores que exercem profissões consideradas mais qualificadas recebem melhores salários e, conseqüentemente, estão menos vulneráveis socialmente apesar de não estarem livres da condição de trabalhador

explorado. Por outro lado, as funções mais especializadas também exigem um maior nível de instrução educacional e técnica do trabalhador. No caso dos trabalhadores oleiros do município de Iranduba, as atividades realizadas não requerem grandes especializações dos trabalhadores, até mesmo porque as fábricas utilizam maquinários bastante arcaicos e técnicas de produção bem antigas.

Os trabalhadores oleiros do município de Iranduba têm pouca qualificação e também recebem baixos salários, conseqüentemente, lidam cotidianamente com problemas de toda ordem, dentre os quais merece destaque: as dificuldades de acesso à saúde, à educação, à moradia, ao saneamento básico, à alimentação, dentre outras políticas públicas e/ou serviços privados. Mesmo aqueles que estão em situação de trabalho formal, com direitos trabalhistas garantidos, passam dificuldades. Os baixos salários são impeditivos da garantia de uma vida digna e farta.

Na tentativa de tornar a vida menos difícil, é comum que os trabalhadores desenvolvam outras atividades para completar suas rendas ou realizem jornadas extras para garantir um salário melhor. O depoimento de um entrevistado é revelador nesse sentido: “Eu trabalhava de domingo a domingo serrando lenha, cheguei a operar moto serra até de noite no escuro, eu cheguei a passar mal e peguei esgotamento físico de tanto trabalhar” (Trabalhador oleiro, Pesquisa de campo).

A vida do trabalhador oleiro não é fácil, além de trabalhar horas a fio numa atividade que exige muito empenho, dedicação e bastante força física, esta não garante um salário capaz de proporcionar acesso às condições de uma vida confortável materialmente. A superexploração dos oleiros do município de Iranduba é evidente. São homens, mulheres e famílias inteiras que se dedicam ao serviço de olaria e, mesmo assim, não conseguem superar as dificuldades mais básicas.

Na sociedade capitalista, o trabalho deixou de ter como principal finalidade a atividade humana criadora, ele se constitui enquanto meio para formar e ampliar o capital. Iamamoto (2007), dialogando com as ideias marxianas, considera que, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais se alienam as relações sociais de produção e se radicaliza as desigualdades sociais. Nesse movimento, a contínua valorização do capital contribui para a banalização do ser humano e de suas necessidades, o que por sua vez, evidencia as múltiplas expressões da questão social como componente das condições de vida da classe trabalhadora.

A banalização do ser humano e de suas necessidades, que também é chamada de barbárie, faz com que os trabalhadores se mantenham em constante situação de vulnerabilidade social. A palavra vulnerabilidade foi apropriada da área biológica, onde é empregada para indicar a presença de fatores de riscos, ou seja, maior predisposição ao acometimento de doenças e/ou anomalias. Seguindo esta lógica, a vulnerabilidade social deve ser compreendida juntamente com o conceito de risco social, os quais juntos indicam situações de ausência ou dificuldades de acesso à proteção social. A vulnerabilidade e o risco social são sinais reveladores da precarização das condições de vida (SPOSATI, 2009).

A vulnerabilidade social, segundo Sposati (2009), não é puramente uma questão de possuir ou não uma renda em dinheiro, ela se espraia para além da esfera econômica e toma conta de outras dimensões da vida humana, tornando o homem mais suscetível a uma série de riscos, dificuldades e inacessibilidades. Para a autora:

numa sociedade complexa a vulnerabilidade social não é só econômica, ainda que os de menor renda sejam mais vulneráveis pelas dificuldades de acesso aos fatores e condições de enfrentamento a riscos e agressões sociais (p.34).

A vulnerabilidade vai além das problemáticas sociais, ela envolve perdas importantes na esfera cultural, educacional, política etc. No cenário brasileiro contemporâneo, milhares de trabalhadores encontram-se em situação de vulnerabilidade social. A vulnerabilidade social está atrelada à pobreza em seu sentido amplo, não se resume à questão monetária. A condição de vida dos trabalhadores oleiros evidenciou que grande parte deles vive em situação de profunda vulnerabilidade social.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhadores oleiros em Iranduba, inseridos na moderna economia de mercado, são afetados pela reconfiguração das relações de trabalho em voga na contemporaneidade e também vivenciam situações de informalidade, precarização e vulnerabilidade social.

Os trabalhadores oleiros de Iranduba vivem em condições de pobreza e passam por muitas necessidades: falta de habitações dignas, inexistência de saneamento básico, dificuldades de acesso aos equipamentos de saúde, escolas públicas sucateadas, entre outras. Esta realidade se conecta ao universo mais amplo que estrutura o sistema capitalista de produção.

A flexibilização das leis trabalhistas e a precarização das condições de vida não afetam apenas os trabalhadores da indústria cerâmico-oleira. Estes processos são parte da lógica macroeconômica, que pretendendo aumentar os lucros e restringir os direitos trabalhistas, reforça assim índices de pobreza jamais vistos no mundo.

As indústrias cerâmico-oleiras são responsáveis pela geração de renda para os munícipes de Iranduba. Elas têm um papel fundamental para seus habitantes, marcam a economia, o trabalho e a própria vida dos mesmos. Entretanto, não se pode ignorar que estas se caracterizam pelo trabalho em ambientes insalubres, longas jornadas, baixos salários, informalidade etc.

As indústrias cerâmico-oleiras são importantes para o município de Iranduba e para vida dos trabalhadores oleiros. Entretanto, faz-se necessário colocar em prática medidas de melhoria nas relações e no ambiente de trabalho, o que certamente resultará em mais qualidade de vida para os trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10 ed. Campinas-São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- BERHING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- D'ANTONA, Raimundo de Jesus Gato et al. Projeto materiais de construção na área Manacapuru-Iranduba-Manaus-Careiro (Domínio Baixo Solimões). Manaus: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2007.
- IAMAMOTO, Marilda. Serviço Social em Tempo de Capital Fetichado: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.
- KAWAGUTI, Wagner Mitio. Estudo do comportamento térmico de um forno intermitente tipo “paulistinha” utilizada na indústria de cerâmica vermelha (Dissertação). Programa de Pós Graduação em Engenharia Mecânica. Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
- LIRA, Izabel Cristina Dias. Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo. 2 ed. São Paulo: Cortez; São Luís: FAPEMA, 2008.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant’Ana. 20ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, l. 1, v 1, 2012.
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Anuário estatístico 2014: setor de transformação de não metálicos. Brasília: Secretaria de Geologia Mineração e Transformação Mineral, 2014. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1732813/Anuário+Estat%C3%ADstico+do+Setor+de+Tran+sformação+de+Não-Metálicos++2014+-+ano+base+2013_PDF> Acesso em: 2 jan. 2014.
- PINHEIRO, Hamida Assunção. Fronteiras da Vida: o tradicional e o moderno na Amazônia. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2013.
- POCHMANN, Márcio. A metrópole do trabalho. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- SINDCER/AM. Sindicato das Indústrias de Olarias do Estado do Amazonas. Olarias perdem 50% da produção com a cheia. Amazonas em Tempo. Manaus, 04 de maio de 2012. Caderno B-Economia, p. B3.
- SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001830/183075por.pdf>>. Acesso em: 01 abril de 2013.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-148-0



9 788572 471480